

Sr. Presidente, eu também gostaria de expor aqui o que penso. O Deputado Conte Lopes foi muito feliz em suas observações, dizendo que assistimos a tudo isso e ficamos observando, ficamos em casa olhando aquelas pessoas sentindo pena e dó, nunca podendo imaginar que isso pode acontecer com a nossa família. Torço para que isso não tenha ocorrido com ninguém mais deste Parlamento, mas eu e a minha família também fomos vítimas da violência. Da mesma forma, no ano passado, entrou um menor na minha casa, às oito horas da manhã, e tirou a vida do meu irmão de 23 anos de idade. Assim, a minha família sabe o que aquela família passou: sabe o que aquela família está passando por perder um filho de seis anos, principalmente pela forma brutal como ocorreu e ver o filho morrer sem poder fazer nada.

Sr. Presidente, eu conversava com o Deputado Curiati, uma pessoa experiente, com vários mandatos, sobre o que poderia ser feito para amenizarmos essa situação, no que nós da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo poderíamos colaborar para não assistirmos mais a isso e pouparmos mais vidas e mais famílias do sofrimento. Penso que algumas coisas devem ser feitas. Ouvi atentamente especialistas dizerem sobre a questão de legitimarmos os estados a elaborarem a sua legislação penal como é nos Estados Unidos, onde cada estado tem a sua legislação penal.

Penso que isso é correto. O Estado do Rio de Janeiro, na situação de violência que se encontra hoje, não pode ser comparado com estados menores. Não pode ser comparado com a realidade do Acre. Não pode ser comparado com a realidade de estados que não têm os mesmos índices de criminalidade. Acho que devemos iniciar esse debate no Congresso.

Acho também que a redução penal deve ser vista, sim, porque hoje um jovem de 16 anos não é o mesmo jovem de 1940, época em que foi elaborado o Código Penal. O jovem de 1940 era totalmente diferente do jovem de hoje, que tem acesso à internet, a computadores, tem acesso mais fácil às universidades e às escolas. Ele é mais informado, é mais instruído. A televisão hoje lhe dá mais oportunidade de ter acesso às coisas. Hoje o jovem de 16 anos vota e elege o Presidente mas ele não tem capacidade mental para discernir sobre o que é correto e o que não é correto?

Assim, façamos como nos Estados Unidos e na Inglaterra, onde a pessoa tem que responder pelo crime que cometeu. A pessoa tem que ser julgada pelo crime e não pela idade. A pessoa que tem 17 anos, 11 meses e 29 dias e que mata uma pessoa não vai responder pelo crime por ainda ser menor por um dia? Naquele dia ela não sabia o que era correto e o que não era correto? Assim, Deputados presentes, nós devemos rever essa questão. Façamos um apelo à Câmara Federal, que tem competência para alterar a legislação penal, porque nós, cidadãos de bem, trabalhadores, e essa mãe que passou por isso, não podemos mais sofrer violência.

É um absurdo o ladrão chamar a mãe de vagabunda e tirar-lhe o filho. Não podemos mais assistir a isso! População brasileira e paulista, fazemos aqui um eco até Brasília para sermos atendidos.Infelizmente o Legislativo paulista não tem competência para alterar a legislação penal, senão seria o primeiro a propor medidas rígidas contra o crime.

Um bandido comete um crime hediondo e cumpre apenas um sexto da pena. Ele é condenado a 20 anos mas cumpre dois, três anos e depois é solto. Ora, isso beneficia o bandido, o criminoso.E preciso que isso seja alterado. Tem que cumprir 80% da pena. Tem que ficar preso e pagar pelo que fez. Ah! Mas, coitado. E coitado da mãe daquele menino! E coitada da minha mãe e coitada da minha família, porque perdemos um irmão com 23 anos! Como ficamos?

Faço um apelo ao Legislativo, à Câmara Federal, aos Deputados e aos Senadores para que tomem as medidas necessárias. Um ato só não será suficiente. Tentávamos melhorar uma conjuntura muito difícil, um problema nacional. Mas devemos tomar um conjunto de medidas para melhorar essa situação. Não podemos aceitar mais que continue esse descaso. Não temos mais segurança. Nós, nossos filhos e nossos irmãos não temos mais condições de sair de casa. Quem tem filho jovem sabe do medo que a mãe passa quando um filho sai à noite: quando um filho vai ao cinema, a mãe não dorme; o pai e o avô ficam preocupados. Não temos mais nenhuma garantia de segurança.

Venho aqui, humildemente, como parlamentar do Estado de São Paulo, da região de Marília, representando o nosso Estado e a nossa população, para dizer da minha insatisfação e da minha indignação em assistir a isso todos os dias. Esse caso teve uma repercussão nacional, mas podem ter certeza de que isso ocorre nos lugares mais simples, mais humildes, muitas vezes não ganha repercussão nacional, mas a dor é a mesma. Portanto, apelo para que tomemos consciência e cobremos medidas urgentes do Congresso e das autoridades competentes. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - DONISETE BRAGA - PT - Srs. Deputados, esgotada a lista de oradores inscritos para falar no Pequeno Expediente, vamos passar à Lista Suplementar. Tem a palavra o nobre Deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Milton Flávio.

O SR. MILTON FLÁVIO - PSDB - Sr. Presidente, nobres companheiros Deputados, público que nos assiste, quero aproveitar este primeiro momento para saudar o retorno do Deputado Henrique Pacheco, amigo de longa data, parceiro de atividades na Comissão de Assuntos Internacionais e que, neste breve retorno, seguramente haverá de dar contribuições importantes a esta Assembléia. Ouvi as manifestações do Deputado Donisete Braga, que agora preside esta sessão, do Deputado Vinicius Camarinha, do Deputado Conte Lopes. Ouvi o aplauso do Deputado Antonio Salim Curiati.

Quero também registrar minha indignação com os fatos ocorridos, diria, não somente no Rio de Janeiro. Como disse o Deputado Vinicius Camarinha, essa é uma evidência, é um fato que não é isolado e que promoveu a comoção nacional por conta de ter atingido um garoto com tamanha violência. Vi aqui propostas, com as quais concordo, que vão em direção oposta àquelas que muitas vezes são aqui defendidas por Deputados que defendem os direitos humanos, entre aspas, e que tratam do abrandamento das penas, da minimização das condenações.

Entendo que é preciso uma mudança radical na legislação penal. Mas quero ir por uma outra linha. Todas as manifestações a que assistimos, além da solidariedade com a família e da revolta com a violência dos que cometeram aquele crime atroz, vão em direção ao apenamento das pessoas que cometeram esses atos. Na verdade, sabemos que não será apenas e tão-somente pelo aperfeiçoamento da legislação - e, eventualmente, pelo aumento das penas - que teremos a diminuição de crimes de tamanha violência.

Ainda há pouco, conversava com um amigo jornalista sobre o fato de que somos do tempo em que na nossa formação, no curso primário - como se chamava anteriormente - aprendíamos Filosofia, Ética; tínhamos informação sobre os valores que deveriam nortear e construir uma sociedade. Hoje, lamentavelmente, a cada dia que passa, há menos informações desse tipo e, cada vez mais, preocupam-se em ensinar as pessoas podem e devem ganhar mais para terem acesso aos bens de consumo.

Vejo defenderem a redução da maioria penal, a ampliação das penas com as quais serão condenados aqueles que hoje são submetidos a julgamento. Esquecemo-nos de que temos dezenas de milhares de pessoas com prisão decretada, que não foram presas pela falta de um sistema penal capaz de abrigar e, ao abrigar, reeducar essas pessoas.

Infelizmente, o nosso problema é muito mais grave e sobre ele devemos nos debruçar não apenas em momentos de crise, como este que vivemos, mas na tentativa de construir uma sociedade mais justa, mais adequada, que consiga desde cedo educar os nossos jovens na direção de uma sociedade mais equilibrada, mais justa. Sobreretudo, faltam a esses jovens exemplos de que o crime é punido e que a impunidade não é regra, mas exceção.

Temos visto com enorme frequência manifestações de jovens que se sentem liberados para fazer o que bem entendem. Muitas vezes, buscam o exemplo nas nossas Casas de leis, em que parlamentares, descumprindo um rito constitucional, malversaram os seus mandatos e, no entanto, continuam aí - inclusive, com delegação popular -, voltando aos Paramentos. Isso, na opinião deles, legitima essa atitude de impunidade e eles também se sentem libertos e autorizados a continuar executando esse tipo de barbárie.

Quero louvar os Deputados que se preocupam com essa situação e sugerir que não apenas nos preocupemos com o lado penal, com a forma como essas pessoas poderão ser punidas, mas que trabalhemos para tentar construir uma sociedade que não seja uma fábrica de bandidos e sim uma fábrica de cidadãos comprometidos com a própria sociedade e com a construção de um país melhor. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - DONISETE BRAGA - PT - Srs. Deputados, tem a palavra o nobre Deputado Simão Pedro.

O SR. SIMÃO PEDRO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público que nos acompanha nas galerias e pela TV Assembléia, hoje, completam-se 30 dias da tragédia que se abateu sobre a cidade e o Estado de São Paulo e que teve impacto nacional e internacional: o desmoronamento da futura Estação Pinheiros do Metrô, que matou sete cidadãos - um operário e seis pessoas que passavam por ali. A esses sete, soma-se outro operário que morreu em setembro último. São oito vítimas fatais, além de todo o prejuízo causado a centenas de famílias que tiveram seu patrimônio atingido, do nosso ponto de vista, devido à imperícia, à pressa e à falta de controle dessa obra por parte do Metrô e do Estado de São Paulo.

No sábado, a grande imprensa trouxe a noticia de que os laudos a respeito das responsabilidades sobre o que ocorreu só ficarão prontos por volta de agosto.

Do nosso ponto de vista, pelas informações que já saíram na imprensa e pelo que vínhamos acompanhando desde o ano passado, dá para perceber que, na raiz desse acidente, encontra-se um modelo de contrato chamado turn key, em que o Estado transfere para a iniciativa privada todo o controle da obra, com uma fiscalização que, embora obrigatória e estivesse no contrato, o Metrô não cumpriu devidamente, não tomou os devidos cuidados para que aquilo não tivesse ocorrido. O laudo vai demorar e para que essa situação toda não esfrie e em respeito às vítimas e à memória da nossa cidade por se tratar de uma obra de grande magnitude e necessária, precisamos garantir que não ocorram novos acidentes. Queremos que esse contrato do Estado, do Metrô com a iniciativa da privada seja revisito. Esse contrato precisa de uma auditoria.

Quero destacar a importância do Sindicato dos Metroviários na luta pela manutenção de um metrô público de qualidade, denunciando a pressa, a negligência, enfim, a sua luta contra a privatização da Linha 4. Na raiz desse acidente, a pressa teve a ver com o cronograma de entrega dessa linha para a iniciativa privada, que vai administrar por 30 anos. Acho isso um absurdo!

Hoje, tive oportunidade de falar com o Senador Aloizio Mercadante, que assumiu a Comissão de Assuntos Econômicos no Senado. Amanhã, a Parceria Público-Privada do Metrô e o consórcio será debatida no Senado. E expusemos a ele toda a situação. Os metroviários farão hoje um ato público às 17 horas, na Praça da Sé, para chamar a atenção da população a fim de que esse acidente não caia no esquecimento, bem como cobrar a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Do nosso ponto de vista, essa é a melhor maneira de aprofundar o conhecimento das causas desse acidente, pois uma CPI tem poder para convocar autoridades, para requisitar documentos, além do que daria celeridade nesse processo de investigação.

O Parlamento tem como um dos princípios a obrigação de fiscalizar os atos do Executivo e não concordamos com as atitudes que foram tomadas aqui no sentido de impedir a instauração de CPI, no sentido de impedir que a minoria investigue os atos do Executivo. Portanto, quero me somar a essa luta do Sindicato dos Metroviários - a Bancada do PT e outros parlamentares que têm batalhado conosco para a constituição da CPI. Isso é fundamental para o Parlamento ir a fundo na investigação dessa tragédia. As obras públicas envolvem muito dinheiro do Estado e mexe com a vida das pessoas e da cidade. Não podemos tocar essa situação toda da maneira como a coisa está sendo conduzida.

Mais uma vez, Sr. Presidente, apelamos para a constituição de uma CPI para investigar a obra do Metrô. Hoje, 30 dias são passados da tragédia e não podemos deixar isso cair no esquecimento para que outras não mais ocorram. Que o Estado, a partir disso, tenha um outro comportamento em relação à iniciativa privada no que diz respeito ao setor de obras públicas.

O SR. PRESIDENTE - DONISETE BRAGA - PT - Tem a palavra o nobre Deputado Antonio Salim Curiati. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Antonio Mentor. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Jonas Donizette.

O SR. JONAS DONIZETTE - PSB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Alfredo Ruzza da nossa região - Sumaré - telespectadores da TV Assembléia, senhoras e senhores que nos ouvem nesta tarde, acompanhei alguns dos pronunciamentos dos colegas que me antecederam sobre essa questão da violência que estamos vivendo no nosso País, no nosso Estado e nas nossas cidades. Eu sou da Região Metropolitana de Campinas, uma das mais violentas do nosso Estado. Em termos de violência, Hortolândia e Sumaré se classificam em 1º e 2º lugar, com um dos maiores índices de violência, inclusive Campinas. São muitos os latrocínios e os homicídios.

Sou um dos Deputados que sempre defendi a questão do investimento no social, que não olhássemos a questão da violência apenas pelo prisma da segurança, do combate ao crime. Penso que temos de criar uma sociedade mais igualitária e mais justa. Temos de fazer um balizamento legal para que a riqueza que produzimos possa ser melhor distribuída. Porém, cheguemos a um ponto que não dá mais para pensar apenas por esse lado. A revista Veja em seu editorial, da mesma forma a matéria que traz, fala um pouco sobre isso. É como quando se tem uma epidemia de alguma doença. É necessário chegar à causa da epidemia e para isso precisa-se combater a doença quando ela está acontecendo. Do meu ponto de vista, a violência chegou nesse ponto.

Ontem, tive oportunidade de assistir a entrevista dos pais do garoto João, na abertura do programa Fantástico, quando aquela mãe fez um apelo: Eu pediria que os políticos não tratassem esse caso como mais um caso, mas como se fosse o seu filho. E eu me senti incluído nisso. Eu venho há muito tempo lutando para que tenhamos condições sociais mais justas no País. Mas o apelo daquela mãe - e não vai aí nenhuma forma de sensacionalismo - calou fundo no meu coração porque eu parto da seguinte premissa: quando não tem condições de compartilhar a dor do outro, um dia não terá com quem compartilhar a sua dor.

Portanto, são inaceitáveis as coisas que vêm acontecendo no nosso País. São crimes que já saem daquele contexto da pessoa não ter alguma coisa e querer ter ou de ver alguém que tenha e queira ter também, porque já não está mais só no material. Já entrou há muito tempo na questão das nossas vidas e da vida das pessoas que nos são caras. Mais do que isso: muitos desses crimes são praticados com requinte de barbárie, como esse que aconteceu.

Tenho visto algumas declarações: Não podemos mexer em legislação sob efeito emocional. Temos de ter a base da razão. Sim, concordo, mas acredito que devamos fazer prevalecer a nossa razão. Não apelo aqui para a emoção, mas para a razão, para chegarmos todos a um entendimento, o que já acho que é um grande avanço. Muitas editoriais da imprensa vêm nessa linha de que realmente não dá mais. Chegou o momento de se discutir, por exemplo, a questão da idade penal.

Durante muito tempo tive resistência a essa questão. Mas a vida e a realidade da sociedade vêm nos mostrando isso. Não vou dizer para se chegar ao absurdo do que acontece na Inglaterra, onde um menino de 10 anos responde perante a Justiça como se fosse um adulto, em pleno gozo das suas faculdades mentais. Temos de encontrar um caminho para dar uma resposta para esse tipo de coisa: sobre a redução penal, o aumento de reclusão, que o menor adolescente cumpra pena por um período como menor e depois de ingressar na idade adulta, que também tenha uma penalidade a ser cumprida. Esse é um dos pontos. Porque a bem da verdade, um dos elementos que praticou o assalto, era menor. E temos uma outra coisa que é muito grave: um deles era um condenado que estava cumprindo a pena em regime aberto. Ou seja, era uma pessoa que não poderia estar apenada com esse tipo de crime, porque, se ele estivesse em reclusão, não teria cometido esse crime.

Temos que ir além dessas questões pontuais para dar respostas à sociedade, dizendo: nós, políticos, estamos indignados como vocês. Não podemos passar para a sociedade uma calma que é sempre bem-vinda nos momentos de aflição. Não podemos passar a indiferença para toda a sociedade brasileira que está assistindo de forma atônita esse momento que estamos vivendo.

Temos também dois desafios a enfrentar. Na década passada, tivemos uma guerra de legislação contra o fumo em que o Brasil avançou muito. Sabemos que a nossa legislação está à frente de alguns países da Europa, como a questão do fumo em locais públicos, o combate ao fumo, as fotos nos maços de cigarro mostrando o dano que o fumo causa. Agora temos que implementar esse mesmo debate ao alcoolismo e também às drogas para um enfrentamento verdadeiro, porque pesquisas comprovam que os jovens que tomavam a sua primeira dose de álcool com 18 a 20 anos, agora estão tomando com 11 a 13 anos.

Especialistas dizem que a porta de entrada da maconha, cocaína, heroína é muitas vezes um copo de cerveja, e passar do álcool para as drogas é um pulo, é um passo. Os pais, que estão acompanhando o meu pronunciamento, sabem que essa é uma questão central para violência. Qualquer BO de uma delegacia, que fala sobre uma ocorrência, a maior causa é a embriaguez. Como legisladores, é hora de darmos um passo adiante discutindo a questão da violência. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - DONISETE BRAGA - PT - Srs. Deputados, está esgotado o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

O SR. HENRIQUE PACHECO - PT - PELO ART. 82 - Sr. Presidente em exercício, Deputado Donisete Braga, Srs. Deputados, público presente nas galerias, telespectadores da TV Assembléia, quero dizer que todos nós temos diferentes visões sobre a questão da impunidade, mas sempre com a mesma preocupação de que é preciso refletir sobre ela.

Dentro deste tema da violência, quero abordar a questão da educação. Se quisermos diminuir a quantidade de discursos a lamentar a situação, temos que investir cada vez mais na educação. Eu me refiro à educação de base, à educação pública dos bairros periféricos das grandes cidades e das cidades do interior. Não é possível continuarmos assistindo a diminuição da qualidade de ensino público, a perda da sua qualificação como resposta à falta de salários dignos aos professores e um tratamento diferenciado para essa categoria profissional tão especial. A minha fala é nessa direção.

É preciso que os Srs. Deputados, meus colegas, e também aqueles que exercem o poder de mando no Executivo, façam uma reflexão sobre a situação real e concreta de como anda o ensino público. Não é possível olharmos as escolas abandonadas. Os professores deixam de ministrar aulas pelo abandono das salas de aulas e pelo fechamento de algumas escolas. Eu tive a oportunidade de denunciar o fechamento de uma escola, que, felizmente, o Secretário Municipal, Sr. Alexandre Schneider, houve por bem reconsiderar face aos argumentos da comunidade de Jaraquá.

O antídoto para a violência é a educação, mas uma educação de qualidade ministrada desde a mais tenra idade até o jovem adolescente.

Eu sou um Deputado que tem como base os bairros periféricos da Capital de São Paulo. E, ao longo da minha vida, eu pude constatar o quanto é difícil oferecer a um menino de 13, 14 ou 15 anos, no momento que ele faz sua escolha para a vida, uma oportunidade para ter acesso a uma nova profissão ou sua primeira profissão, porque as escolas hoje têm contribuído muito pouco para isso.

Estamos num bairro e, de repente, aquele menino de 13, 14 anos, que frequentava a escola, é aliciado para outras situações que estão no limite da clandestinidade e da criminalidade. Os jovens que deixam a escola são seduzidos por outros projetos que não dizem respeito a uma vida digna. É para esses jovens que precisamos oferecer alternativas.

Sempre digo que precisamos povoar a cabeça desses jovens estudantes com música, dança, teatro, cinema, literatura, dar oportunidade para o primeiro emprego, oportunidade de aprender uma primeira profissão para que possam ter a oportunidade de escolha. Mas, hoje, como estamos vivenciando a educação tal como está nos bairros da periferia, pouco ou muito pouco se oferece nesse sentido. Um curso dado de maneira não adequada, o resultado disso é a baixa qualidade de ensino. O provão e outros indicadores demonstram o quanto a escola publica tem perdido de qualidade.

Vamos lutar no sentido de melhorar a qualificação profissional dos professores através de uma remuneração digna. O debate que devemos fazer é quanto deve ganhar um professor da rede pública. Devemos ter a coragem de tirar recursos de outros segmentos do estado para aplicar na educação. Não adianta pensarmos em qualquer outra luta sem que a educação seja sempre a base principal neste Estado, pois senão vamos assistir diariamente as denúncias, a solidariedade justa que não vai se encerrar enquanto não resolvermos o problema na sua origem.

O SR. HENRIQUE PACHECO - PT - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - DONISETE BRAGA - PT - Srs. Deputados, esta Presidência, cumprindo disposição constitucional, adita a Ordem do Dia da sessão ordinária de amanhã com o Projeto de lei Complementar nº12/2006 e com os Projetos de lei de nºs 284/2004, 165/2005, 306/2005,746/2005 e 864/2005, vetados.

Havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convida os Srs. Deputados para a Sessão Ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia da Sessão Ordinária de nº 6, do período adicional, e o aditamento anunciado.

Está levantada a sessão.

\* \* \*

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 39 minutos.

\* \* \*

## Atos Administrativos

### ATO DA MESA Nº 6/2007

DE 9/3/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, à vista da orientação da Procuradoria e do posicionamento do Departamento de Recursos Humanos, DECIDE ADOTAR o disposto na Orientação Normativa nº 1, de 25 de janeiro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 25 de janeiro de 2007, com a finalidade de dar soluções para o repasse de contribuições de servidores cedidos ao Poder Legislativo por órgãos de outras esferas de poder, inclusive aqueles do Município de São Paulo, bem como resolver o problema de contribuições previdenciárias dos servidores efetivos desta Casa à disposição de outros órgãos.

### DECISÕES DA MESA

DE 9/3/2007

**EXONERANDO**, nos termos da 1ª parte do item 2 do parágrafo 1º do artigo 58 da Lei Complementar n.º 180, de 12 de maio de 1978:

JOSE MACHADO PINTO, RG nº 7320904-1, do cargo que vem exercendo, em comissão, de Assistente Técnico Parlamentar , do SOC-I do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa (OSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96.

(Decisão n.º 642/2007);

KATIA CRISTINA APARECIDA FELTRIN GOMES QUEIROZ, RG nº 19583824, do cargo que vem exercendo, em comissão, de Assessor Especial I, do SOC-I do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96, a partir de 12/03/2007.

(Decisão n.º 643/2007);

**NOMEANDO**, nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei Complementar n.º 180, de 12 de maio de 1978:

DARIO CAPORALI, RG nº 7276901, para exercer, em comissão, o cargo de Assistente Técnico Parlamentar , do SOC-I do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução Nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de JOSE MACHADO PINTO. (Decisão n.º 644/2007);

### DESPACHOS DA SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

DE 8/3/2007

**ATRIBUINDO** à servidora MARIA LIGIA FERREIRA DE SOUZA, matrícula 3759, ocupante do cargo de Agente Técnico Legislativo, efetivo, a gratificação pró-labore, prevista pelo artigo 70, III, da Resolução nº 776/96 e pela Resolução nº 816/2001 e pelo Ato nº 40/2001, a partir de 23 de fevereiro de 2007.

#### 9.3.2007

**CESSANDO** a gratificação de representação atribuída aos servidores abaixo relacionados, na seguinte conformidade:

Nome: FERNANDO BRITO DE MOURA

RG: 41819641-2 Matrícula: 18783

Gratificação: Agente de Segurança Parlamentar

Cessada a partir de: 09.03.2007

Nome: JOSE ROBERTO DA SILVA

RG: 15974872 Matrícula: 18114

Gratificação: Agente de Segurança Parlamentar

Cessada a partir de: 08.03.2007

Nome: JOSE ROLIM DA SILVA

RG: 16473389-9 Matrícula: 18235

Gratificação: Auxiliar Parlamentar

Cessada a partir de: 13.03.2007

Nome: JULIANE BEZERRA ANTON

RG: 27882069-4 Matrícula: 18673

Gratificação: Assistente Técnico Parlamentar

Cessada a partir de: posse novo cargo

Nome: TANIA CRISTINA NASCIMENTO SANTOS

RG: 15734966-4 Matrícula: 13159

Gratificação: Auxiliar Parlamentar

Cessada a partir de: 07.03.2007

**ATRIBUINDO**, a partir do exercício, gratificação de representação aos servidores baixo relacionados, na seguinte conformidade:

Nome: EDSON LUIZ RICO

RG: 14216833

Gratificação: Assistente Técnico Parlamentar

Nome: JOSE MARIA DE MOURA

RG: 19977985-5

Gratificação: Agente de Segurança Parlamentar

Nome: JULIANE BEZERRA ANTON

RG: 27882069-4

Gratificação: Auxiliar Parlamentar

**ATRIBUINDO** gratificação de representação ao servidor abaixo relacionado, na seguinte conformidade:

Nome: DECIO BENEDITO PRESTES REZIO

RG: 12323634 Matrícula: 6230

Gratificação: Diretor Legislativo de Serviço

Atribuída no período de: 07.03.2007 a 05.04.2007, tendo em vista FSE nº 033/07, do DRH.

**DECLARANDO** que a cessação da gratificação de representação atribuída a:

Nome: KELLY CRISTINA DE SOUZA

RG: 28019383-X Matrícula: 18093

Gratificação: de Assistente Legislativo I, deve ser considerada a partir de 28.02.2007, e não como constou no despacho publicado em 16.02.2007, tendo em vista a Decisão nº 634/2007, da Mesa.

**TORNANDO SEM EFEITO** o despacho publicado em 03.03.2007, que atribui gratificação de representação a:

Nome: EDSON LUIZ RICO

RG: 14216833

Gratificação: de Auxiliar Parlamentar, tendo em vista a

Decisão nº 632/2007, da Mesa.